CODEMA

CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA E CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE
AVENIDA JOÃO ALVES DO NASCIMENTO 1353 SALA 14 - 2º PISO – CENTRO - FONE (034) 3831-3963

DELIBERAÇÃO NORMATIVA Nº 02, DE 01 DE JULHO DE 2003.

“Que estabelece o Procedimento para o Licenciamento Ambiental de competência do Município de Patrocínio-MG.”

O Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente – **CODEMA**, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Art. 7º e 11º da Lei 3.336 de 21 de maio de 1.999 e Resolução **CONAMA** n.º 9 de 06 dezembro de 1.990, resolve:

Art. 1º - Para efeito desta Deliberação são adotadas as seguintes definições:

I – *Licenciamento Ambiental*: procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

II – *Licença Ambiental*: ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.

III – *Estudos Ambientais*: são todos e quaisquer estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade ou empreendimento, apresentado como subsídio para análise da licença requerida, tais como: relatório ambiental, plano e projeto de controle ambiental, relatório ambiental preliminar, diagnóstico ambiental, plano de manejo, plano de recuperação de área degradada e análise preliminar de risco.

IV – *Impacto Ambiental Local*: todo e qualquer impacto ambiental que afete diretamente, no todo ou em parte, o território de um Município.

Art. 2º - O CODEMA no exercício de suas atribuições expedirá as seguintes licenças:

I – Licença Prévia (LP): na fase preliminar do planejamento da atividade, informando que a mesma apresenta viabilidade ambiental e que a localização pretendida se encontra isenta de limitações administrativas relacionadas com a proteção ambiental.

II - Licença de Instalação (LI): autorizando o início da implantação do empreendimento, observada a legislação municipal de uso de solo.

III - Licença de Operação (LO): autorizando após as verificações necessárias, o início da atividade licenciada e o funcionamento de seus equipamentos de controle de poluição.

IV - Licença de Operação Corretiva (LOC): autorizando após as verificações necessárias, a continuidade da atividade em operação e o funcionamento de seus equipamentos de controle de poluição.

Art. 3º - O pedido de licença em qualquer uma de suas modalidades será encaminhado ao CODEMA, acompanhado dos seguintes documentos, que podem ser apresentados em fotocópias seguidas dos originais para simples conferência:

I – Para Licença Prévia (LP): parecer técnico da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente – SMUMA; parecer jurídico da Procuradoria Geral do Município; formulário de caracterização do empreendimento (FCE); **RCA e PCA**; e quando for o caso a autorização para supressão de vegetação pelo IEF e a outorga para uso da água pelo IGAM, ou ainda cadastro do IMA, ou de quaisquer órgãos que venham a substituir os anteriormente citados; comprovante de recolhimento dos custos de análise desta licença e exemplar do periódico local de grande circulação, demonstrando a publicação do pedido de licença prévia.

II - Para Licença de Instalação (LI): parecer técnico da SMUMA; projeto executivo e/ou PCA; licença prévia; comprovante de recolhimento dos custos de análise desta licença e exemplar do periódico local de grande circulação, demonstrando a publicação do pedido de licença de instalação.

III - Para Licença de Operação (LO): parecer técnico da SMUMA; licença de instalação; comprovante de recolhimento dos custos de análise desta licença e exemplar do periódico local de grande circulação, demonstrando a publicação do pedido de licença de operação.

IV - Para Licença de Operação Corretiva (LOC): parecer técnico da SMUMA; parecer jurídico da Procuradoria Geral do Município; formulário de caracterização do empreendimento (FCE); projeto executivo e/ou PCA; e quando for o caso a autorização para supressão de vegetação pelo IEF e a outorga para uso da água pelo IGAM, ou ainda cadastro do IMA, ou de quaisquer órgãos que venham a substituir os anteriormente citados; comprovante de recolhimento dos custos de análise desta licença e exemplar do periódico local de grande circulação, demonstrando a publicação do pedido de licença de operação corretivo.

§ 1º - Em caso de dúvida ou discordância com o parecer emitido pela SMSUMA, o **CODEMA** deverá requerer laudos técnicos que venham a subsidiar a emissão ou indeferimento da licença.

§ 2º - O **CODEMA** seguirá as determinações do COPAM e da FEAM, a estes órgãos exigirem mais documentos para instruírem o pedido de licença em qualquer de suas modalidades.

Art. 4º - O **CODEMA** terá os seguintes prazos para a emissão das licenças:

I - *Licença Prévia (LP)*: de até 30 dias.

II - *Licença de Instalação (LI)*: de até 30 dias.

III - *Licença de Operação (LO)*: de até 30 dias.

IV - *Licença de Operação Corretiva (LOC)*: de até 120 dias.

Art. 5º - A contagem do prazo para a emissão das licenças, começará no dia seguinte à data do protocolo de entrada do pedido de licença junto ao **CODEMA**.

§ 1º - A Licença Prévia será expedida pela Comissão de Licenciamento Ambiental.

§ 2º - As Licenças de Instalação, de Operação e de Operação Corretiva serão expedidas pelo Plenário.

Art. 6º - O empreendedor deverá atender à solicitação de esclarecimentos e complementações, formuladas pelo **CODEMA**, dentro do prazo máximo de 30 dias, a contar do recebimento da respectiva notificação.

§ 1º - O prazo estipulado no *caput* poderá ser prorrogado, desde que justificado pelo empreendedor e com a concordância da Comissão de Licenciamento Ambiental.

§ 2º - O Plenário ou a Comissão de Licenciamento Ambiental terá 30 dias para analisar as informações prestadas, deferindo ou não o pedido de licença em questão, sempre de maneira motivada.

Art. 7º - O não cumprimento dos prazos estipulados no Art. 4º sujeitará o empreendedor ao arquivamento de seu pedido de licença.

Parágrafo Único – O arquivamento do processo de licenciamento não impedirá a apresentação de novo requerimento de licença, mediante novo pagamento de custo de análise.

Art. 8º - O pedido de licenciamento em qualquer uma de suas modalidades será publicado em periódico local de grande circulação na área do empreendimento.

Parágrafo Único – As publicações descritas no *caput* serão às expensas do empreendedor.

Art. 9º - A concessão da licença ambiental será publicada pela Secretaria Executiva do **CODEMA**, no prazo de 10 dias contados da data da emissão da licença.

Art. 10º - As licenças ambientais outorgadas pelo **CODEMA** são: Licença Prévia (LP); Licença de Instalação (LI); Licença de Operação (LO) e Licença de Operação Corretiva (LOC), com validade pelos seguintes prazos:

I - LP: de até 02 anos, devendo corresponder ao prazo para a elaboração dos planos, programas e projetos relativos ao empreendimento ou atividade.

II - LI: de até 02 anos, devendo corresponder ao prazo previsto no plano de controle ambiental aprovado, para implantação da atividade ou empreendimento, incluindo o respectivo sistema de controle e qualquer outra medida mitigadora do impacto ambiental prevista nesta fase.

III - LO: de até 02 anos.

IV - LOC: de até 02 anos.

Art. 11º - Os valores dos custos a serem indenizados ao **CODEMA** pela análise dos pedidos de licenças ambientais são fixados com base na seguinte tabela:

LP	R\$ 100,00 (cem reais)	Pequeno
	R\$ 200,00 (duzentos reais)	Médio
	R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais)	Alto Impacto
LI	R\$ 80,00 (oitenta reais)	Pequeno
	R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais)	Médio
	R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais)	Alto Impacto
LO	R\$ 100,00 (cem reais)	Pequeno
	R\$ 200,00 (duzentos reais)	Médio
	R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais)	Alto Impacto
LOC	R\$ 200,00 (duzentos reais)	Pequeno
	R\$ 400,00 (quatrocentos reais)	Médio
	R\$ 700,00 (setecentos reais)	Alto Impacto

Art. 12º - Isenta-se em 50% do ônus da indenização dos custos de licenciamento as microempresas (**ME**), autônomos e empresas de pequeno porte (**EPP**). Não será admitido parcelamento e ou prazos para pagamento.

Art. 13º - Os estudos necessários ao processo de licenciamento deverão ser realizados por profissionais legalmente habilitados, às expensas do empreendedor.

Parágrafo Único – O empreendedor e os profissionais que subscrevem os estudos previstos no *caput* deste artigo serão responsáveis pelas informações apresentadas, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais.

Art. 14º - O **CODEMA** definirá, se necessário, procedimentos específicos para as licenças ambientais, observadas a natureza, características e peculiaridade da atividade ou

empreendimento e, ainda, a compatibilização do processo de licenciamento com as etapas de planejamento, implantação e operação.

Art. 15º - O **CODEMA** mediante motivada, deverá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar uma licença expedida, quando ocorrer:

I – violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais.

II – omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiarem a expedição da licença.

III – superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.

Art. 16º - Esta Deliberação Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Patrocínio-MG, 01 de julho de 2.003.

ANEXO 01 DELIBERAÇÃO NORMATIVA CODEMA N.º 02/2003

MODELO DO PEDIDO DE LICENÇA PRÉVIA

(Nome do Requerente/Empreendedor) vem requerer junto ao **CODEMA** a Licença Prévia, para (tipo de atividade que se pretende desenvolver), onde se fará retirada de (colocar o que será retirado e o volume da extração mensal) no (local de desenvolvimento da atividade), onde trabalharão (colocar, aproximadamente o número de pessoas que exercerão esta atividade).

Termo em que pede deferimento.

Data.

Assinatura do requerente / empreendedor.

MODELO DO PEDIDO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

(Nome do Requerente/Empreendedor) vem requerer junto ao **CODEMA** a Licença de Instalação dos (equipamentos que serão instalados), no (local de desenvolvimento da atividade).

Termo em que pede deferimento.

Data.

Assinatura do requerente / empreendedor.

MODELO DO PEDIDO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO /

LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA

(Nome do Requerente/Empreendedor) vem requerer junto ao **CODEMA** a concessão da Licença de Operação / Operação Corretiva dos (descrever os equipamentos que irão operar ou que já estão operando), no (local de desenvolvimento da atividade).

Termo em que pede deferimento.

Data.

Assinatura do requerente / empreendedor.

ANEXO 02 DELIBERAÇÃO NORMATIVA CODEMA N.º 02/2003

MODELO DE PUBLICAÇÃO DOS PEDIDOS DE LICENÇA

EM QUALQUER UMA DE SUAS MODALIDADES

(Nome do requerente/empreendedor) torna público que solicitou ao Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente de Patrocínio – **CODEMA** a concessão da (modalidade da licença), por um prazo de (informar qual o prazo da respectiva licença) através do Processo n.º (número do processo), para a (atividade e local desta).

Data.

Assinatura do requerente / empreendedor.

MODELO DE PUBLICAÇÃO DA CONCESSÃO DOS

PEDIDOS DE LICENÇA EM QUALQUER UMA DE SUAS

MODALIDADES

O Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente de Patrocínio – **CODEMA**, torna público que (Nome do requerente/empreendedor), através do Processo n.º (número do processo), obteve Licença (modalidade da licença requerida), para (atividade e local desta), por um prazo de (duração do prazo).

Data.

Assinatura do Presidente do **CODEMA**.